

OFÍCIO ANPEd-086/2023

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2023.

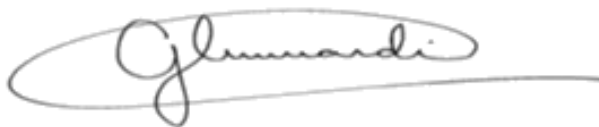
Ao
Exmo. Senhor Camilo Sobreira de Santana - Ministério da Educação
gm.assessoria@mec.gov.br; gabinetedoministro@mec.gov.br

MOÇÃO Nº 12 - Moção em defesa da soberania digital e da ética de dados

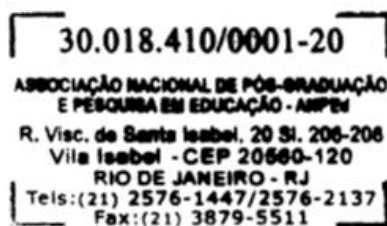
As/os filiadas/os à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) reunidas/os em Assembleia Ordinária realizada em 26 de outubro, no âmbito da 41ª Reunião Nacional, apoiam o “Manifesto pela soberania digital nas universidades públicas brasileiras”. Nessa perspectiva, o GT 16 reafirma sua luta histórica de enfrentamento às *fake news* (apontando a necessidade de aprovação do PL 2630 – conhecido como PL das *fake news*) e se coloca em defesa da soberania digital e do desenvolvimento tecnológico brasileiro público e socialmente referenciado.

Manifesto em anexo:

Manaus, 26 de outubro de 2023.



Geovana Mendonça Lunardi Mendes
Presidenta da ANPED





MANIFESTO PELA SOBERANIA DIGITAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.

Quem controla o *software*, o *hardware* e a conexão de rede controla o mundo digital.

O controle sobre as interfaces digitais também modula as possibilidades de interação entre todos, porque as linhas dos códigos funcionam como leis que estipulam regras para a relação entre indivíduos.

Quem controla o armazenamento e a troca de informações dispõe de meios para extrair valor e gerar lucro com o uso delas. Assim, aquele que detém e vende essas tecnologias possui mais poder do que quem as compra, pois o usuário não tem poder de alterar o modo como o código está escrito ou como o serviço será executado.

As *Big Techs* têm um enorme interesse na área da educação. Talvez por ser um setor com uma das maiores fatias do orçamento público. Nesse contexto, cada vez mais essas empresas criam departamentos inteiros voltados para a venda de serviços educacionais – ***softwares*, armazenamento em nuvem, serviço de *e-mail* institucional e plataformas de videoconferência** – e há uma crença de que as tecnologias produzidas no Vale do Silício trazem soluções insuperáveis: as mais eficientes, velozes, produtivas e baratas.

Entretanto, quase não se considera que elas podem trazer problemas para a soberania nacional e para o desenvolvimento da ciência e da educação brasileira

Ao usarmos *softwares* da Microsoft, pagamos mensalmente para a empresa e deixamos de investir no desenvolvimento dos nossos próprios sistemas. Ao contratar o armazenamento em nuvem da Amazon, deixamos nossos arquivos à mercê dos interesses corporativos e, como se não bastasse, toda a nossa pesquisa científica fica armazenada em servidores localizados nos Estados Unidos, possibilitando a invasão dos agentes governamentais estadunidenses, como demonstrou Edward Snowden em sua denúncia contra a **vigilância em massa promovida pela NSA.**

Ao usarmos serviços de *e-mail* da Google, possibilitamos que o texto seja varrido com robôs, que serão usados para nos oferecer produtos em anúncios orientados pelos nossos interesses registrados em conversas privadas. Por fim, ao usar as plataformas de videoconferência das *Big Techs*, somos treinados a nos tornar usuários convictos de que os sistemas das empresas são os mais “amigáveis” e “intuitivos” e que, por isso, são os melhores para serem usados, criando uma dependência mercantil perpétua. **É a profecia autorrealizada.**

Cerca de **70% das universidades federais brasileiras**¹ já aderiram aos serviços das *Big Techs*. Essa adesão parece ser estimulada principalmente por dois motivos: (1) a crença neoliberal de que o

¹ Dado retirado dos trabalhos de pesquisa do Observatório Educação Viglada. Disponível em: <https://educacaoviglada.org.br/pt/sobre.html>



Estado não deve desenvolver esse tipo de tecnologia e de que somente as empresas são capazes de executar esse tipo de serviço com qualidade - o que é falso, pois o Brasil está cheio de profissionais qualificados para estruturar os serviços de telecomunicação - e (2) a falta de investimento na criação de infraestruturas digitais públicas, o que obriga os gestores a assinarem contratos de serviços gratuitos, mas que depois de pouco tempo se tornam pagos.

Não se trata de ir contra o avanço tecnológico, numa crença ludita de que as máquinas são malévolas, mas sim de uma **luta pelo desenvolvimento tecnológico brasileiro**. Trata-se de preservar os dados dos servidores, professores e alunos das universidades públicas brasileiras, desenvolvendo aparatos digitais próprios. Trata-se de ter soberania sobre os meios de comunicação e de evitar o aprisionamento tecnológico que cria dependências irrecuperáveis. Trata-se de não vender nossos dados pessoais e de comportamento para empresas com estratégias de negócio que nem sempre priorizam o bem estar público em troca do uso de sistemas que poderiam ser criados por nós mesmos.

Não precisamos de Big Techs que se vendem como parceiras benevolentes. Precisamos de investimento para a criação de uma infraestrutura digital pública que será usada pelas universidades numa busca pelo avanço da ciência brasileira. Precisamos que parte do orçamento seja destinado à criação de estruturas de armazenamento **localizadas em nosso país** e que elas comportem as diversas necessidades do ensino superior.

Precisamos de fomento às ações de desenvolvimento de Inteligências Artificiais **que incorporem as cosmovisões dos povos e comunidades que habitam nosso país. Não aceitamos o papel subalterno na divisão mundial do trabalho controlada pelas Big Techs. Queremos soberania e tecnodiversidade. Não aceitamos o bloqueio à nossa criatividade.**

Capol² (Centro Acadêmico de Políticas Públicas da UFABC)

Sérgio Amadeu da Silveira

² O Capol é composto por alunos de graduação e pós-graduação do curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. Neste manifesto, escreve Gabriel Boscardim de Moraes com a contribuição de Gabryella Leonel e Isabella Tardelli Maio.